



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador
Marcos Cavalcanti de Albuquerque

Acórdão

Apelação Cível nº. 0012682-53.2013.815.2001

Relator: Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque

Apelante: Helena Emília Oliveira Miguel – Adv. Daniel Fonseca de Sousa Leite e outros (OAB-PB 17.742)

Apelada: ENERGISA PARAÍBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A – Adv. Geraldez Tomaz Filho e outro (OAB-PB 11.401)

EMENTA: APELAÇÃO. REPARAÇÃO CIVIL POR DANO MORAL. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO. SENTENÇA QUE DECLAROU A INEXIGIBILIDADE DA DÍVIDA. RECURSO. DANO MORAL. INTERRUPTÃO INJUSTA DO FORNECIMENTO. INCLUSÃO EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO. **PROVIMENTO DO APELO.**

A reparação pelo dano moral deve corresponder à realidade dos fatos trazidos ao processo, observando-se que o valor da indenização tem função de penalidade e reparação dos prejuízos da vítima, de forma a não ensejar enriquecimento sem causa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos acima identificados.

Acordam os desembargadores da Terceira Câmara Cível

do Tribunal de Justiça, por unanimidade, em conhecer do apelo e dar-lhe provimento para julgar procedente o pedido.

RELATÓRIO

Helena Emília Oliveira Miguel interpôs Apelação contra a **ENERGISA PARAÍBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A** hostilizando a Sentença proveniente do Juízo de Direito da 3ª Vara Cível desta Comarca da Capital que, nos autos da Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais, julgou parcialmente procedente o pedido para declarar inexistente o débito cobrado.

Do histórico do fato narrado na inicial, verifica-se que a Apelante ajuizou a Demanda alegando que a Concessionária de Distribuidora de Energia realizou inspeção no medidor de consumo de energia da sua residência e relatou irregularidade de ligação clandestina, enviando-lhe correspondência para comunicar o resultado da recuperação de consumo e obrigação de pagar a importância de R\$ 636,97.

Postulou a anulação do débito e reparação civil por dano moral.

Na Sentença (fls. 92/99), o Magistrado, ao fundamento de que a cobrança de valores de recuperação de consumo em face de constatação de violação do aparelho medidor de energia deve ser acompanhada de prova técnica do prejuízo da prestadora do serviço público; nos autos inexistente comprovação de que houve violação no medidor imputável ao usuário, e por isso seria ilegal a suspensão do fornecimento de energia e indevida a cobrança do débito e que, para configuração do dano moral seria necessária a demonstração de situação vexatória, o que não houve no caso concreto, julgou parcialmente procedente o pedido para declarar nula a cobrança a título de recuperação de consumo.

Reconheceu a sucumbência recíproca e condenou as

partes em honorários advocatícios e custas processuais *pro rata*, suspensa a exigibilidade em relação à parte autora, por ser beneficiária da gratuidade processual.

Opostos embargos de declaração (fls. 100/101), o recurso foi rejeitado na decisão de fls. 106/106v.

Nas razões recursais (fls. 112/120), Helena Emília Oliveira Miguel alegou que a Recorrida, ao fazer menção de existir ligação clandestina em sua residência, impugnou-lhe fato tido como calúnia, bem assim que houve corte no fornecimento de energia e que teve seu nome negativado em órgão de proteção ao crédito, estando comprovado nos autos, o que enseja reparação civil por dano moral.

Pugnou pelo provimento do recurso.

Contrarrazões oferecidas (fls. 125/137), pugnando pelo desprovimento do recurso.

A Procuradoria de Justiça, com vistas dos autos (fls. 143/144), indicou o prosseguimento do recurso sem emitir opinião a respeito do mérito.

É o relatório.

V O T O

O cerne da questão posta no recurso gira em torno da responsabilidade civil por dano moral em decorrência do ato de recuperação de consumo procedido pela Apelada.

Considerando que a Sentença declarou a ilegalidade da vistoria e recuperação de consumo e que não houve recurso da Energia S/A, pode-se concluir que essa matéria restou incontroversa nos autos, faltando aquilatar a repercussão civil na esfera da intimidade da Recorrente.

No caso, o Magistrado negou a indenização por dano moral motivado no fato de que, em face da tutela antecipada concedida, não houve corte no fornecimento de energia, tendo o Recorrente impugnando esse ponto na apelação.

Sobre o tema da responsabilidade civil por dano moral, faz-se necessário a presença de alguns requisitos: ato comissivo ou omissivo do agente, culpa do agente, nexo de causalidade e o dano experimentado pela vítima.

Referido dano pode ser de natureza material ou moral. O primeiro, ocorre quando o ato de alguém causa uma redução no patrimônio de outrem, ou mesmo lhe fere um interesse. O segundo, de difícil conceituação dada a elasticidade da definição provocada pela evolução da doutrina, e mormente da jurisprudência, é vocábulo que abrange desde o simples sofrimento provocado por conduta de terceiro até o uso indevido ou mesmo sem autorização de algum dos direitos da personalidade (Art. 11 a 21 do CC).

Já o nexo de causalidade é a relação entre a conduta culposa e o dano. Para que exista dever de reparar é necessário que o dano tenha nascido da conduta. Não seria moral e nem jurídico que um indivíduo fosse responsabilizado por dano que não deu causa, que adveio de conduta de terceiro ou da própria vítima, ou ainda, que é culpa de um fenômeno irresistível da natureza.

No caso concreto, restou demonstrado nos autos que houve interrupção do fornecimento de energia, haja vista que a Apelante peticionou nos autos e obteve liminar para determinar a religação, conforme se infere às fls. 19/22 e 23/26, bem assim que houve inclusão do nome em órgão de proteção ao crédito.

A jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de ser devida a reparação civil por dano moral tanto em caso de corte indevido do fornecimento de energia, bem assim por negativação em cadastro de proteção ao crédito.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. COBRANÇA INDEVIDA. CORTE INJUSTO. INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA RECONHECIDA PELO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO JULGADO. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VALOR DOS DANOS MORAIS. RAZOABILIDADE. MODIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONHECIDA.

1. O Tribunal de origem com base nas provas existentes, entendeu ser imputável à concessionária a responsabilidade pela cobrança indevida de energia elétrica, bem como pelo corte injusto e negativação da parte no cadastro de inadimplentes..A inversão do julgado nos moldes pretendidos pela recorrente demandaria o revolvimento das provas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. A alteração do montante estabelecido a título de indenização por danos morais somente é possível, em Recurso Especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revelar-se irrisória ou exorbitante, o que não ocorre no presente caso. 3. O óbice da Súmula 7 do STJ atinge também o Recurso Especial interposto com fundamento na alínea c do inciso III do artigo 105 da Constituição da República porque impede o exame de dissídio jurisprudencial,

uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

4. Recurso Especial não provido.

(REsp 1645829/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 25/04/2017)

Com relação à fixação do “*quantum*” indenizatório, frise-se, inicialmente, que o valor fixado a título de indenização por dano moral não pode ser ínfimo ou abusivo, mas proporcional à dúplici função deste instituto indenizatório, reparação do dano, buscando minimizar a dor da vítima, e punição do ofensor, para que não volte a reincidir.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem sedimentando o tema da mensuração de indenização por dano moral:

“a indenização deve ser fixada em termos razoáveis, não se justificando que a reparação enseje enriquecimento indevido, com manifestos abusos e exageros, devendo o arbitramento operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao porte financeiro das partes, orientando-se o julgador pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, valendo-se de sua experiência e bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso.” (REsp 305566/Df; RECURSO ESPECIAL 2001/0022237-4. Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira. Quarta turma. DJ 13.08.2001)

Assim, diante da valoração das provas, da repercussão do fato, da condição econômica da causadora do ato ilícito, inclusive pela

função pedagógica, entendo que o valor de R\$ 10.000,00 configura a justa indenização e não enseja enriquecimento sem causa.

Ante o exposto, conheço da apelação e dou-lhe provimento para julgar procedente o pedido, condenando a Recorrida a ressarcir o dano moral, que fixo no valor de R\$ 10.000,00, corrigidos a partir do arbitramento.

Condeno a Recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência, que arbitro em 15% do proveito auferido, nos termos do art. 85, §2º, do CPC/2015, mantidos os demais termos da sentença.

É como voto.

Presidiu a sessão o Excelentíssimo Senhor Desembargador Marcos Cavalcanti de Albuquerque. Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Marcos Cavalcanti de Albuquerque – Relator, Eduardo José de Carvalho Soares (Juiz convocado para substituir a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria das Graças Morais Guedes) e Gustavo Leite Urquiza (Juiz convocado para substituir o Excelentíssimo Senhor Desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides).

Presente ao julgamento a Excelentíssima Senhora Doutora Jacilene Nicolau Faustino Gomes, Procuradora de Justiça.

Sala de sessões da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 07 de agosto de 2018.

Desembargador **Marcos Cavalcanti de Albuquerque**
R e l a t o r

